DESAFIOS DO ENSINO REMOTO PARA SURDOS NO PERÍODO DA PANDEMIA DA COVID-19: uma experiência do Instituto Cearense de Educação de Surdos (ICES)

Carla Alcyone da Silva Almeida[1]
Germana Maria de Araújo Lima Rodrigues[2]

RESUMO

Com a chegada da pandemia da Covid-19, ao Ceará, o Instituto Cearense de Educação de Surdos (ICES) viu-se em uma situação desafiadora para garantir o acesso e a permanência dos educandos por meio do ensino remoto. Diante disso, o artigo objetiva analisar os desafios no processo de escolarização dos estudantes surdos, do 6º sexto ano, do ICES, no ensino remoto, no período da pandemia. O percurso metodológico foi realizado por meio da pesquisa bibliográfica e do relato de experiência de umas das autoras do artigo enquanto professora surda do ICES. Pela pesquisa, observou-se que para desenvolver uma nova forma de ensino, a qual contribuísse para a formação da identidade, da cidadania e para a garantia do direito à educação aos surdos, foi necessária a parceria entre comunidade escolar, família e Estado. Espera-se que este trabalho possibilite novos caminhos, a outros pesquisadores e docentes juntos aos alunos surdos.

Palavras-chave: Política de Educação. Surdos. Pandemia da Covid 19.

ABSTRACT

With the arrival of the Covid-19 pandemic in Ceará, the Ceará Institute of Education for the Deaf (ICES) found itself in a challenging situation to ensure access and permanence of students through remote education. Therefore, the article aims to analyze the challenges in the schooling process of deaf students, in the 6th sixth year, at ICES, in remote education, during the pandemic period. The methodological path was carried out through bibliographical research and the experience report of one of the authors of the article as a deaf teacher at ICES. Through research, it was observed that to develop a new form of teaching, which would contribute to the formation of identity, citizenship and to guarantee the right to education for the deaf, a partnership between the school community, family and State was necessary. It is hoped that this work will open new paths for other researchers and teachers together with deaf students.

Keywords: Education Policy. Deaf. Covid Pandemic 19..

[1] Assistente Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestranda em Serviço Social (MASS)/UECE. carla.alcyone@aluno.uece.br
[2] Professora de Libras pelo Instituto Cearense de Educação para Surdos (ICES). Mestranda em Serviço Social (MASS)/UECE. germana.maria@aluno.uece.br

1 INTRODUÇÃO

A pandemia do novo Coronavírus (SARS-CoV-2), causador da doença COVID-19, desde 2019, tem provocado uma crise sanitária, econômica, social e educacional sem precedentes. Atualmente, no Brasil, de acordo com o Ministério da Saúde, em 02 de agosto de 2021, tinha-se contabilizados 19.953.50 milhões de casos confirmados e mais 557 mil óbitos.

Diante da seriedade dessa doença, para conter o avanço da transmissão do vírus, a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2020, recomenda o distanciamento social e uso de máscaras. Tais orientações culminaram também na suspensão de aulas presenciais nas escolas por aulas remotas.

Dados da UNESCO (2020) demonstram que a crise de saúde causada pela COVID-19 resultou no fechamento de escolas e universidades, afetando mais de 90% dos estudantes do mundo. Essa realidade apresenta-se mais preocupante quando se analisa a situação dos educandos com deficiência e da comunidade surda, visto que, em virtude das diversas barreiras sociais, têm o acesso e a permanência na escola mais dificultadas.

Diante dessa problemática, o artigo tem como objetivo geral analisar os desafios no processo de escolarização dos estudantes surdos, do 6º sexto ano, do ensino fundamental II, do Instituto Cearense de Educação de Surdos (ICES) no ensino remoto, no período da pandemia do Covid-19. Para isso, elencou-se os seguintes objetivos específicos: apresentar as categorias deficiência, educação para surdos e política de educação enquanto expressões da questão social; realizar um breve histórico sobre a educação de surdos e discorrer sobre os desafios da escolarização dos educandos, do 6º ano surdos, do ICES, durante o ensino remoto. Tais objetivos específicos transformaram-se nas subdivisões do presente trabalho.

Para o percurso metodológico, utilizou-se a pesquisa bibliográfica que, por meio de leitura de artigos e livros de autores como Maior (2015), Strobel (2006), Cunha (2021), Lacerda (1998), entre outros, desenvolveu a parte teórica do trabalho. Utilizou-se também, o relato de experiência, a partir da vivência de uma das autoras enquanto professora surda do 6º ano do ICES.

2 DEFICIÊNCIA, EDUCAÇÃO PARA SURDOS E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO COMO QUESTÃO SOCIAL

Historicamente, as pessoas com deficiências e a comunidade surda, enfrentam a eliminação, a exclusão e a segregação como forma de preconceito e de discriminação, em virtude da supervalorização da capacidade física, sensorial e cognitiva na sociabilidade capitalista (MAIOR, 2015).

A sociedade capitalista almeja um sujeito ideal que seja útil à lógica de produção de mercadoria e de lucros. Aqueles corpos identificados como desviantes, como os das pessoas com deficiência e da comunidade surda, são segregados ou inseridos em uma lógica que busca a correção dos desvios, pois não servem como mão de obra (CUNHA,2021).

Diante disso, a deficiência é compreendida como expressão da questão social, visto que, em muitos momentos, ela é vista como uma questão de desvantagem social diante das barreiras sociais, as quais são consequências da pobreza e de outros fatores sociais resultantes da relação capital e trabalho. Tornando, com isso, a experiência das pessoas com deficiência desigual ao ser relacionada com as pessoas sem deficiência (CUNHA,2021).

Como expressa, Iamamoto (2001) a questão social faz referência ao conjunto das expressões das desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, não podendo ser pensada sem a intervenção do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção e a apropriação privada pelos donos dos meios de produção. Está indissociável da sociabilidade capitalista fundada na exploração do trabalho, que a reproduz de forma ampla.

Falar em questão social significa também compreendê-la como uma arena de lutas, políticas e culturais, pela classe trabalhadora contra as desigualdades socialmente produzidas (IAMAMOTO, 2008).

Nessa lógica capitalista, busca-se a adequação dos corpos das pessoas com deficiência, das mais variadas formas, influenciado, a partir disso, o modo de compreensão e intervenção nas deficiências. Estas já tiveram diversas conceituações,

desde o entendimento como tragédia pessoal, passando pelas práticas biomédicas de correção de desvios, até a ruptura que considera contextos sociais" (CUNHA, 2021, pg 307).

Maior (2015), explana sobre as duas principais concepções que influenciaram o conceito de deficiência do decorrer da história. Na primeira metade do século XX, surgiu o modelo biomédico da deficiência. Este tinha como foco as limitações funcionais, desconsiderando as condições do contexto social. Para esta concepção, a deficiência era interpretada como incapacidade a ser superada e integrada ao social. A integração da pessoa com deficiência deveria ser alcançada pelo esforço individual, pelas famílias sem a necessidade de mudar a sociedade.

A partir da década de 1960, com a consolidação dos estudos sobre a deficiência e o movimento de reivindicação de direitos tendo como protagonistas as pessoas com deficiência e suas famílias, surgiu o modelo social da deficiência. Para essa concepção, o foco está nas condições de interação entre sociedade e as pessoas com deficiências. Estas passaram a ser reconhecidas como sujeitos de direito com autonomia e independência para fazer escolhas. A partir dessa concepção, fala-se em inclusão, por meio do Estado, através das políticas públicas e não mais de integração.

Isso mostra que é com a efervescência das expressões na questão social que surge a necessidade de estruturação de políticas sociais pelo Estado, enquanto instrumento de enfrentamento das desigualdades (CUNHA,2021).

Na perspectiva crítica, as políticas sociais devem ser analisadas como "processos e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e lutas de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo" (BEHRING, 2006, pg 4). A referida autora argumenta que as condições históricas e sociais das políticas sociais devem ser extraídas do movimento da sociedade burguesa e das manifestações particulares dos Estados Nacionais.

No ponto seguinte será explicitado sobre como a educação da comunidade surda foi implementada ao longo da história enquanto manifestação da questão social.

2.1 Breve histórico da Educação dos surdos

Da antiguidade até a idade média, os sujeitos surdos eram estereotipados como “anormais”, em virtude dos alguns atrasos de inteligência, devido à ausência de trabalho, pesquisa e incentivos estatais e particulares na área educacional. Era um período em que não havia escola para esse público, visto que não acreditavam na capacidade dos surdos. Na referida época, para ser considerado “normal”, era preciso falar e ouvir para ser aceito. Diante disso, a comunidade surda foi excluída da vida social e educacional (STROBEL, 2006).

Somente no século XVI, que se observa o interesse de pedagogos em trabalhar a educação para os surdos. A premissa, nesse momento, era encontrar formas para que esse público pudesse se comunicar com o mundo ouvinte. Esses estudos e pesquisas eram realizados, muitas vezes, de forma secreta e destinadas, principalmente, para as famílias abastadas (LACERDA,1998).

A autora acrescenta, que a partir desse período, já apareciam, nas propostas educacionais vigentes aos surdos, iniciativas que antecederam, o que a partir do século XVIII, ficou conhecidos como “oralismo” e “gestualismo”. Para os defensores do “oralismo”, como Heinicke, criador do “método alemão”, o pensamento só é possível através da língua oral. Para os oralistas os surdos deveriam ser reabilitados, superar a surdez, tentar falar como os ouvintes e não se comportarem como surdos. Já os gestualistas, tendo como principal representante, o abade Charles M. de L’ Epée, o primeiro a estudar a língua de sinais usadas e criador do “método do francês” e dos “sinais metódicos”, verificou que os surdos desenvolviam um tipo de comunicação apoiada no canal viso-gestual, a qual era muito satisfatória. (LACERDA,1998).

O ensino da língua de sinais do Brasil teve grande influência da escola francesa, o nosso alfabeto manual é muito semelhante ao do país europeu. No Brasil, o ensino de surdos começou a existir em 1855 com a chegada do educador francês Hernest Huet no referido ano. Ele juntamente com o imperador D Pedro II fundaram, em 1857, o Imperial Instituto de Surdos Mudos, atual Instituto Nacional de Ensino de Surdos -INES. Ainda sobre o Brasil, em 1873, surge o documento “Iconographia dos

Signaes dos Surdo-Mudos", um dos mais importantes registros sobre a Língua Brasileira de Sinais, de autoria do aluno surdo Flausino José da Gama (SOUZA, 2018).

No final do século XIX, com o Congresso internacional de Milão[3], em 1880, termina uma época de convivência tolerada na educação entre linguagem falada e gestual. Como resultado deste evento, o uso da língua de sinais foi definitivamente banido a favor do oralismo. Fato que oprimiu não apenas uma língua, mas uma cultura por mais de cem anos (FERNANDES e MOREIRA, 2014).

Acrescenta-se que até o século XIX, o atendimento à população surda era feito de forma filantrópica e assistencial. Os sujeitos surdos eram entregues às instituições de asilo, em regime de internato, até que estivessem aptos a retornar ao convívio familiar e social. Nesse período, em decorrência do avanço dos estudos da medicina sobre os graus de surdez, os surdos, também, passaram a ser considerados "doentes" e "deficientes" (STROBEL,2006).

No século XX, busca-se resgatar os surdos para o convívio social enquanto sujeitos que mereciam a atenção educacional organizada. Teve-se, com isso, o florescimento do ouvitismo científico, em especial na medicina, com ênfase no processo clínico e de reabilitação dos surdos enquanto deficientes. (STROBEL,2006).

No Brasil, no século XX, especificamente, em 1951, ocorreu a regulamentação do ensino do Curso normal de formação de professores para surdo-mudo. O objetivo era a alfabetização da comunidade surda em todo território nacional. Tendo como base o oralismo (SOUZA,1999, apud SOUZA,2018).

Dentro do século XX, no estado do Ceará, criou-se o Instituto Cearense de Educação de Surdos (ICES). Este foi fundado em 25 de março de 1961.A história da escola começou a partir da intenção de Hamilton Cavalcante[4] em fundar uma

[3] "Em 1880, foi realizado o Congresso Internacional de Milão, Itália, para discutir o futuro da educação para os surdos e para avaliar o mérito de três métodos rivais: Língua de sinais, oralista e mista (língua de sinais e a falada). No dia 11 de setembro de 1880, houve uma votação de 160 votos contra quatro a favor de métodos orais na educação de surdos" (STROBEL, 2006, pg 249).

[4] Hamilton é professor das duas universidades públicas do Estado do Ceará, a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Federal do Ceará (UFC), na área de Linguística, e foi a partir de suas vivências no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), ainda como estudante, que surgiu a ideia da criação de um mesmo espaço no Ceará. O Ices é, atualmente, a única instituição pública cearense destinada exclusivamente para a educação dos surdos. (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ, 2016)

instituição que viesse a atender pessoas com surdez. (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ, 2016)

Na metade do século XX, o descontentamento com oralismo e o avanço das pesquisas sobre as línguas de sinais, como os estudos do Willian Stokoe, sobre a língua de sinais americanas, na década de 1960, ganha-se impulso, principalmente, nos anos 70 e 80 deste século, nos Estados Unidos, a chamada “comunicação total". Segundo Moura (1993), nesta técnica,

> [...] pode utilizar tanto sinais retirados da língua de sinais usada pela comunidade surda quanto sinais gramaticais modificados e marcadores para elementos presentes na língua falada, mas não na língua de sinais. Dessa forma, tudo o que é falado pode ser acompanhado por elementos visuais que o representam, o que facilitaria a aquisição da língua oral e posteriormente da leitura e da escrita (MOURA,1993 apud LACERDA, 1998, pg 6).

Lacerda (1998) explicita que importância da comunicação total foi possibilitar o retorno do contato com a língua de sinais, até então proibida pela prevalência do oralismo. A autora acrescenta que paralelo aos estudos desta proposta, surgiu, também, alternativas educacionais orientadas para a educação bilíngue dos surdos.

Hoje, no Brasil, a ideia da educação de surdos é voltada ao bilinguismo. A Libras é considerada a língua natural do surdo brasileiro e, por meio desta, são capazes de expressar tudo que uma língua oral manifesta. Para o modelo bilíngue, segundo Lacerda (1998),

> [...] o que se propõe é que sejam ensinadas duas línguas, a língua de sinais e, secundariamente, a língua do grupo ouvinte majoritário. A língua de sinais é considerada a mais adaptada à pessoa surda, por contar com a integridade do canal viso gestual. Porque as interações podem fluir, a criança surda é exposta, então, o mais cedo possível, à língua de sinais, aprendendo a sinalizar tão rapidamente quanto as crianças ouvintes aprendem a falar. Ao sinalizar, a criança desenvolve sua capacidade e sua competência linguística, numa língua que lhe servirá depois para aprender a língua falada, do grupo majoritário, como segunda língua, tornando-se bilíngue, numa modalidade de bilingüismo sucessivo. Essa situação de bilingüismo não é como aquela de crianças que têm pais que falam duas línguas diferentes, porque nesse caso elas aprendem as duas línguas usando o canal auditivo-vocal num bilingüismo contemporâneo, enquanto no caso das crianças surdas, trata-se

> da aprendizagem de duas línguas que envolvem canais de comunicação diversos. (LACERDA, 1998, pg 7)

No Brasil, é a partir do século XXI, com a Constituição Federal de 1988, a qual configurou um novo estatuto jurídico para o país, com os estabelecimentos de políticas sociais inclusivas, que se observa diversos avanços legislativos para a educação dos surdos, especificamente nos artigos 205 e 208, que expressa que é dever do Estado garantir a educação especial. Outro avanço está na Lei de Diretrizes e Base (LDB) da educação em seus artigos 4º, 58º, 59º e 60º, os quais também explicitam sobre o papel do estado na educação especial.

Cita-se também, nesse contexto, a lei de nº 10.098/2000, a qual assegura a acessibilidade para as pessoas com deficiência. Em seu artigo 18, expressa que o poder público irá implementar a formação de profissionais intérpretes de linguagem de sinais. Além disso, outras conquistas foram: a lei 10.436/2002, a qual dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, regulamentada pelo decreto 5.626/2005; a lei 12.319/2010, que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de libras e a lei 13.146/2015, a qual promulgou a lei brasileira de inclusão.

No entanto, é importante ressaltar que desde a década de 1990, no Brasil, a de um lado o estabelecimento constitucional de políticas universais (educação e saúde) que supõe a intervenção estatal e de outro um contexto de instauração de um Estado Neoliberal, não interventor adequando-se ao mercado mundial globalizado, com retração de direitos sociais (KASSAR, 2011).

Diante disso, observa-se, para a comunidade surda, em tempos normais, o avanço legislativo no reconhecimento de sua cultura e identidade pelo uso da Língua Brasileira de Sinais-Libras, mesmo assim, ainda são reduzidos os espaços educacionais e comunitários que fomentem à existência da comunidade linguística em Libras. O que se observa é a utilização da Libras como uma tecnologia assistiva[5] para tentar adaptar a escola regular para as pessoas surdas (FERNANDES E MOREIRA,

[5] A Tecnologia Assistiva é um fator ambiental e inclui produtos e tecnologias para uso pessoal na vida diária, facilitação da mobilidade e transporte pessoal, comunicação, educação, trabalho, cultura, atividades recreativas e desportivas, prática religiosa e espiritualidade e arquitetura. É também reconhecida como elemento chave para a promoção dos direitos das pessoas com deficiência, garantido desde a promulgação do Decreto no 3.298 de 1999 que conceitua e lista as “ajudas técnicas” previstas para concessão. (VARELA E OLIVER, 2013)

2014). Tais desafios mostraram-se agudizados neste período de pandemia da Covid-19.

2.2 O desafio do ICES na escolarização dos alunos surdos, do sexto ano, no ensino remoto no período de pandemia do Covid-19.

Com a chegada da pandemia da Covid-19 ao Ceará, o Instituto de Educação de Surdos do Ceará (ICES) viu-se em uma situação inusitada. No dia 18 de março de 2020, o Governo do Estado do Ceará decretou *lockdown*[6] e suspendeu todas as atividades presenciais no estado. Os profissionais do ICES viram-se, então, desafiados para lidar com a situação apresentada. Diante desse contexto, foi necessário realizar muitas adaptações, replanejar a forma de ensino, e especialmente, incluir no trabalho pedagógico o ensino remoto e o uso de novas tecnologias fizeram-se necessário.

Informa-se inicialmente, que nesse espaço, a língua usada em sala de aula é a Libras (Língua Brasileira de Sinais) como primeira língua e a Língua Portuguesa pela via escrita como segunda língua. Esse método é primordial na educação de surdos. Dada a circunstância imposta pela pandemia, fez-se necessário repensar o sistema de educação para surdos e buscar melhorias diante desse novo contexto.

Devido a necessidade de usar novas tecnologias, como aulas em chamadas vídeos e aulas previamente gravadas, para se adaptar ao ensino remoto, mesmo já tendo acesso a equipamentos eletrônicos (celulares, tablets e *notebooks),* a equipe de professores teve um grande desafio: fazer reajustes nos seus planos de aula e se familiarizar com as novas ferramentas de ensino, priorizando o uso de Libras durante as aulas. Vale destacar que o uso de Libras em sala de aula já era prioridade antes da pandemia.

A equipe de professores juntamente com a equipe pedagógica buscou estar sempre em contato com os familiares para termos o apoio mútuo e evitar evasão

[6] *Lockdown* é um protocolo de emergência que se destina a prevenir a mobilidade de pessoas ou o vazamento de informações de uma área específica, que deve ser iniciado por alguma pessoa em condição de autoridade. Pode ser traduzido como fechamento, bloqueio ou suspensão e tem múltiplas interpretações e utilidades. (NEVES, 2020)

escolar. Para auxiliar no processo de aprendizagem e outras necessidades das famílias foram realizadas entregas de *chips* com acesso à internet aos alunos e de cestas básicas pela gestão.

Para garantir a efetivação do ensino, muitos profissionais, no início da pandemia, por ter que trabalhar em casa, não tiveram o imediato aparato estatal, tendo que adquirir pelos seus próprios meios as condições de trabalho como: celular, computador, energia, internet entre outros.

Antes da pandemia, a escola já contava com uma equipe de intérpretes de Libras, obedecendo a Lei 10.436, a qual reconhece a Libras como meio legal de comunicação das comunidades surdas brasileiras, regulamentada pelo Decreto 5.626. Entretanto, durante a pandemia esses profissionais não conseguiam atender todas as demandas de interpretação, e os professores tiveram que lecionar sem a presença dos intérpretes. Nos grupos de W*hatsApp*, priorizamos a comunicação em Libras e o uso de Português escrito em respeito aos surdos.

As ações foram desenvolvidas com a turma de sexta série do Ensino Fundamental II, que tinha onze alunos matriculados, mas apenas seis alunos estavam participando das aulas ativamente. Três alunos não dispunham de aparelho celular, logo dependiam da disponibilização do aparelho de algum integrante da família, por essa dificuldade deixavam de participar e algumas vezes realizavam as atividades assíncronas; outros dois alunos mostravam um certo desinteresse nas aulas, pois ainda estavam em fase de aquisição da Libras. Aos poucos estávamos tendo êxito no ensino remoto.

Para incentivar a participação dos alunos durante as aulas, optou-se pelo uso exclusivo da Libras e de recursos visuais para a melhor aprendizagem dos discentes. As plataformas digitais usadas para ministrar as aulas foram: *Zoom*, *Google Meet* e *WhatsApp* por meio de chamadas de vídeo, e as aulas assíncronas: aulas em vídeo anteriormente gravadas e editadas. Tivemos êxito na aprendizagem dos alunos, graças à colaboração dos familiares com os professores no uso da Libras como primeira língua e do Português escrito.

Com o intuito de enfrentar os desafios impostos pela pandemia e solicitar a parceria das famílias, fizemos uma pesquisa com os alunos surdos e seus familiares

com o intuito de conhecer suas particularidades, socializar informações e assim estruturar melhor as ações da comunidade escolar. Buscou-se saber como é a convivência dos pais com o filho surdo; expor a importância de não abandonar o aprendizado da Libra; pedir autorização para fazer registros fotográficos para futuros relatórios; combinar qual seria a frequência de encontros virtuais; manter contato com os alunos de forma virtual para demais orientações; apresentar o conteúdo que será abordado nas aulas e programar as atividades para cada semana, como atividades lúdicas, dinâmicas e jogos.

Usamos recursos como: formulários online, imagens, vídeos no youtube e escrita de sinais. Algumas atividades gravadas em Libras também foram passadas aos alunos. Em outros momentos, recomendamos vídeo no youtube de poemas, contação de histórias e peças de teatro em Libras que tinham mais a ver com a cultura visual, e depois discutimos sobre o vídeo assistido. Alguns alunos tinham dificuldade de acessar o *Google Meet*, então optamos por chamada de vídeo via W*hatsApp* para dar alguns avisos e orientações.

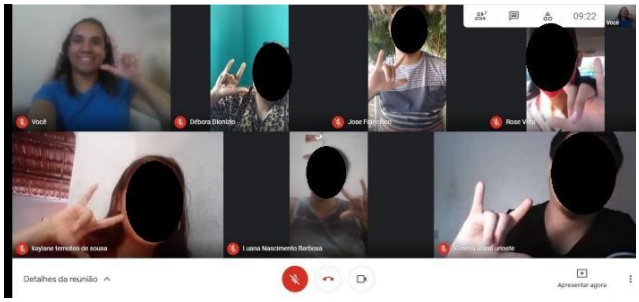

Figura 1: Aulas ministradas pelo Google Meet

Durante a execução dessa pesquisa, observou-se uma certa dificuldade de alguns alunos no uso das plataformas digitais, onde tivemos que apresentá-los a essas tecnologias até que se adaptassem. Os alunos que não tinham acesso à internet, buscavam as atividades impressas na escola e as devolviam depois de respondidas.

Em relação ao ensino de Língua Portuguesa, postamos aulas com a temática de vocabulário em vídeos no *Youtube.* Essa estratégia foi útil para alguns alunos que

não possuíam aparelhos celulares e ficavam dependentes do celular de seus pais, que só chegavam em casa à noite depois do trabalho.

Alguns alunos apresentavam dificuldades em enviar atividades em Libras pois não sabiam enquadrar o vídeo corretamente, mas com algumas orientações isso logo foi resolvido.

3 CONCLUSÃO

Historicamente o acesso e a permanência dos educandos com deficiência e surdos na escola são dificultados por diversas formas de barreiras sociais. As conquistas legais e de garantia de políticas públicas são oriundas da organização e da luta principalmente desse público e de suas famílias.

Pela experiência do ICES, pode-se perceber que o ensino remoto colocou a comunidade escolar diante de muitos desafios. Para a equipe, gestores e professores, observou-se a urgência de reorganizar a forma de ensino; de adaptar-se às novas tecnologias com as devidas condições de organização, planejamento e formação para o ensino remoto. Observou-se que as condições de trabalho eram organizadas pelos próprios profissionais, sem auxílio imediato do Estado. Para os estudantes surdos,do sexto ano, observou-se que alguns não tinham acesso à internet, outros a única forma de acesso às aulas era através de um celular que pertencia a outro integrante da família, por isso, somente conseguiam ter acesso às aulas assíncronas.

Mesmo diante desses desafios, observou-se progresso na experiência do ensino remoto durante a pandemia do covid-19, visto que, a comunidade escolar construiu um trabalho com o auxílio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) com o foco na aprendizagem dos alunos surdos. Buscou-se adquirir novos conhecimentos sobre essas tecnologias e logo essas atualizações eram repassadas para os alunos. Ressalta-se que toda a equipe aprendeu muito com os alunos, pois estes sempre compartilhavam conhecimentos que nós não tínhamos.

Tivemos avanços no uso de novos aplicativos e plataformas digitais em harmonia com os alunos. Os discentes surdos puderam mostrar várias habilidades durante a execução das atividades. A grande maioria dos alunos surdos conseguiram

ter avanços na aquisição da Libras e do Português escrito, com exceção de dois alunos que ainda estavam se familiarizando com a Língua Portuguesa. O uso do português escrito era mais usado em algumas atividades e provas subjetivas. O uso intercalado de Libras e português escrito foi importante para o apoio das famílias que não sabiam Libras e auxiliou os surdos a interagir nessa sociedade que se comunica majoritariamente em Língua Portuguesa.

Mesmo que tenhamos enfrentado alguns percalços no caminho, esse modelo de ensino desenvolvido juntamente com o aluno, professor, equipe pedagógica e família teve seus pontos positivos: conseguimos manter os alunos com suas atividades em dia, muito embora alguns tivessem que entregar suas atividades presencialmente. Também fizemos entrega de cestas básicas e de *chips* com acesso à internet aos alunos. A lição mais importante foi que durante a pandemia precisamos continuar com o ensino a distância até que tudo se normalize.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

_____. Ministério da Saúde. Painel Coronavírus. Disponível em: https://covid.saude.gov.br/. Acesso em 02 de agosto de 2021.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2005.

_____, LEI nº 10.436, de 24 de abril de 2002, O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, disponivel em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm> acesso em 27/07/2021

_____, LEI nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm> acesso em 27/07/2021

_____, LEI nº de 10.098, de 19 de Dezembro de 2000. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, discponivel em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm> acesso em 27/07/2021

Behring, Elaine. **Fundamentos de Política Social**. In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional.2006

CUNHA, Ana. **Deficiência como expressão da questão social**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 141, p. 303-321, maio/ago. 2021.

CEARÁ. Secretaria de Educação do Ceará. **Instituto Cearense de Educação de Surdos comemora 55 anos com alunos e ex-alunos**. Disponível em: Instituto Cearense de Educação de Surdos comemora 55 anos com alunos e ex-alunos - Secretaria da Educação (seduc.ce.gov.br)

DAMASCENO, João. ASSUMPÇÃO, Douglas. **Uma reflexão da educação especial a partir das políticas públicas educacionais brasileiras**. Revista @mbienteeducação. São Paulo: Universidade Cidade de São Paulo, v. 13, n. 2, p.

FERNANDES, Sueli. MOREIRA, Laura**. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 51-69. Editora UFPR.

IAMAMOTO, Marilda**. A questão social no capitalismo**. Temporalis, Rio de Janeiro: ABEPSS, ano II, n. 3, jan./jun. 2001.

IAMAMOTO, Marilda**. Mundialização do capital, "questão social" e Serviço Social no Brasil**. REVISTA Em Pauta Número 21 – 2008.

KASSAR, Mônica. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Editora UFPR.

LACERDA, Cristina. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**. Cadernos Cedes, v 46, nº1, 1998.

MAIOR, Izabel. **História, conceito e tipos de deficiência**. In: Textos de apoio. Programa estadual de prevenção e Combate à violência contra as pessoas com deficiência. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2015. Disponível em: http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto1.pdf

NEVES, Lidia. **Saiba o que é lockdown. Ou: por que suspender atividades.** *In*: Saiba o que é lockdown. Ou: por que suspender atividades. [*S. l.*], 17 mar. 2020. Disponível em: https://coronavirus.ufes.br/conteudo/saiba-o-que-e-lockdown-ou-por-que-suspender-atividades. Acesso em: 3 ago. 2021.

Organização Mundial da Saúde (OMS). **Recomendações sobre o uso de máscaras no contexto da COVID-19**. Orientações provisórias, 5 de Junho de 2020. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/332293/WHO-2019-nCov-IPC_Masks-2020.4-por.pdf

SOUZA, Pedro. Educação de surdos no brasil: uma narrativa histórica. Anais V CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/47071>. Acesso em: 31/07/2021 18:06

STROBEL, Karin. **A visão histórica de in (ex) clusão dos surdos nas escolas**. Dossiê. Educação temática Digital, Campinas, v7, nº2, p 245-254, jun,2006.

UNESCO. **A Comissão Futuros da Educação da Unesco apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a COVID-19**. Paris: Unesco, 16 abr. 2020. Disponível em: https://pt.unesco.org/news/comissao–futuros–da–educacao–da–unesco–apela–ao–planejamento–antecipado–o–aumento–das Acesso em: 27 jul. 2021.

Varela, Renata. Oliver, Fátima. **A utilização de Tecnologia Assistiva na vida cotidiana de crianças com deficiência**. Ciência & Saúde Coletiva, 2013.